

Nota da Editora

Visando ampliar nosso horizonte editorial para oferecer livros jurídicos específicos para a área de Concursos e Exame de Ordem, com a mesma excelência das obras publicadas em outras áreas, a Editora Revista dos Tribunais apresenta a nova edição da coleção *Elementos do Direito*.

A coleção traz, tanto do ponto de vista de seu conteúdo como na escolha e no desenvolvimento de projeto gráfico, uma estrutura mais moderna que garante ao leitor boa visualização do texto, dos resumos e dos esquemas.

Além do tradicional e criterioso preparo editorial oferecido pela RT, para a coleção foram escolhidos coordenadores e autores com alto cabedal de experiência docente, voltados para a preparação de candidatos a cargos públicos e bacharéis que estejam buscando bons resultados em qualquer certame jurídico de que participem.

O presente volume conta com nova edição, assinada pelos Professores Darlan Barroso e Roberto Rosio, que em muito vieram para somar nesta Coleção que já se tornou referência nacional.

Apresentação da Coleção

Com orgulho e honra apresentamos a coleção *Elementos do Direito*, fruto de cuidadoso trabalho, aplicação do conhecimento e didática de professores experientes e especializados na preparação de candidatos para concursos públicos e Exame de Ordem. Por essa razão, os textos refletem uma abordagem objetiva e atualizada, importante para auxiliar o candidato no estudo dos principais temas da ciência jurídica que sejam objeto de arguição nesses certames.

Os livros apresentam projeto gráfico moderno, o que torna a leitura visualmente muito agradável, e, mais importante, incluem quadros, resumos e destaques especialmente preparados para facilitar a fixação e o aprendizado dos temas recorrentes em concursos e exames.

Com a coleção, o candidato estará respaldado para o aprendizado e para uma revisão completa, pois terá a sua disposição material atualizado de acordo com as diretrizes da jurisprudência e da doutrina dominantes sobre cada tema.

Esperamos que a coleção *Elementos do Direito* continue cada vez mais a fazer parte do sucesso profissional de seus leitores.

MARCO ANTONIO ARAUJO JR.

DARLAN BARROSO

Coordenadores

Nota dos autores à 2ª edição

O desafio da 2ª edição não era apenas o de atualizar o volume dedicado ao Processo Civil, mas foi o de reescrever o livro com base na nova visão da disciplina na forma trazida pelo novo Código.

O sistema é outro, com novas bases e comandos gerais.

Estamos diante de um Código moderno, elaborado com a finalidade de subtrair do modelo antigo aquilo que já estava em desuso e fundado na experiência de uma processualística lenta, sem preocupação com as massas de processos idênticos e despreocupada com a uniformização da jurisprudência e o estabelecimento dos precedentes.

A lógica do CPC/15 é a de interpretar todo o sistema processual sob a premissa de que o processo deve ser eficaz como instrumento de solução de mérito, com desprezo da formalidade excessiva que prestigiava (inclusive com a jurisprudência defensiva) os detalhes da solenidade ao direito material posto em juízo.

No trabalho de reescrever a obra, contamos com o apoio e pesquisa da profa. Ana Carolina Victalino que muito contribuiu para o desenvolvimento dos textos. Nossos agradecimentos.

Esperamos que a nova edição seja muito útil aos acadêmicos, concurseiros e estudantes que se preparam para o Exame de Ordem.

Abreviaturas

ACP	–	Ação civil pública
ADC	–	Ação declaratória de constitucionalidade
ADIn	–	Ação direta de inconstitucionalidade
ADPF	–	Arguição de descumprimento de preceito fundamental
CC	–	Código Civil
CF	–	Constituição Federal
CPC	–	Código de Processo Civil
EOAB	–	Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil
LACP	–	Lei da Ação Civil Pública
LDP	–	Lei da Defensoria Pública
LINDB	–	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
RISTJ	–	Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça
ROC	–	Recurso ordinário constitucional
STJ	–	Superior Tribunal de Justiça
STF	–	Supremo Tribunal Federal

Sumário

1.	INTRODUÇÃO AO PROCESSO CIVIL.....	27
1.1.	Direito Processual Civil.....	27
1.2.	Princípios constitucionais do processo civil.....	27
1.2.1.	Princípios constitucionais do processo.....	28
2.	NORMAS FUNDAMENTAIS E APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCES- SUAIS.....	33
2.1.	Normas fundamentais do processo civil.....	33
2.2.	Aplicação das normas processuais e direito intertemporal.....	36
3.	JURISDIÇÃO.....	39
3.1.	Definição e características.....	39
3.2.	Poderes da jurisdição.....	40
3.3.	Espécies de jurisdição – contenciosa e voluntária.....	40
3.4.	Limites da jurisdição – interna e internacional.....	41
4.	COMPETÊNCIA.....	43
4.1.	Definição.....	43
4.2.	Passos para identificação da competência.....	43
4.3.	Competência interna exclusiva e internacional concorrente.....	45
4.3.1.	Litispêndência entre ação proposta no Brasil e outra no es- trangeiro.....	46
4.4.	CrITÉRIOS de fixação da competência interna.....	46
4.4.1.	CrITÉRIO funcional.....	46
4.4.2.	CrITÉRIO territorial.....	47
4.4.3.	CrITÉRIO de valor da causa.....	47
4.5.	Competência dos órgãos do Judiciário brasileiro.....	47
4.5.1.	Supremo Tribunal Federal – STF.....	47
4.5.2.	Superior Tribunal de Justiça – STJ.....	48

4.5.3.	Justiça Federal e Justiça dos Estados	49
4.5.4.	Exceções à competência da Justiça Federal	50
4.5.5.	Juizados especiais	51
4.6.	Competência territorial	53
4.6.1.	Regra de foro	53
4.6.2.	Foros especiais ou privilegiados	55
4.7.	Classificação da competência	57
4.8.	Modificação da competência	59
4.8.1.	Conexão e continência	60
4.8.2.	Foro de eleição	61
4.9.	Cooperação nacional	61
4.10.	Conflito de competência	62
4.11.	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	64
5.	AÇÃO	65
5.1.	Direito de ação – Conceito e características	65
5.2.	Condições da ação	66
5.3.	Carência de ação	68
5.4.	Elementos da ação	69
5.5.	Classificação das ações	69
6.	PROCESSO	71
6.1.	Relação processual	71
6.2.	Elementos do processo	72
6.3.	Pressupostos processuais	73
6.4.	Formação do processo	74
6.5.	Suspensão do processo	75
6.6.	Extinção do processo	79
6.6.1.	Extinção do processo sem resolução de mérito	79
6.6.2.	Extinção do processo com resolução de mérito	84
7.	SUJEITOS DO PROCESSO	87
7.1.	Partes e procuradores	87
7.1.1.	Capacidades das partes	87
7.1.2.	Procuradores	89
7.1.3.	Deveres das partes e procuradores	91
7.1.4.	Responsabilidade das partes por dano processual	91

7.1.5. Sucessão das partes e procuradores.....	92
7.2. Juiz e auxiliares	95
7.2.1. Atribuições dos magistrados.....	95
7.2.2. Impedimento e suspeição.....	96
7.2.3. Auxiliares da Justiça	98
7.3. Ministério Público.....	99
7.4. Advocacia Pública	101
7.5. Defensoria Pública.....	101
8. LITISCONSÓRCIO	103
8.1. Definição e cabimento.....	103
8.2. Limitação do litisconsórcio (ou litisconsórcio multitudinário).....	103
8.3. Espécies de litisconsórcio.....	104
8.4. Posição dos litisconsortes	105
9. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	107
9.1. Introdução	107
9.2. Assistência	107
9.3. Denúnciação da lide.....	109
9.4. Chamamento ao processo	111
9.5. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	112
9.6. <i>Amicus curiae</i>	113
9.7. Outras questões importantes sobre intervenção de terceiros.....	114
9.7.1. Recurso de terceiro prejudicado.....	114
9.7.2. Intervenção de terceiros nos juizados especiais.....	114
10. ATOS PROCESSUAIS.....	117
10.1. Forma dos atos processuais	117
10.1.1. Classificação e sujeitos dos atos processuais.....	119
10.1.2. Atos de pronunciamento do juiz.....	119
10.1.3. Atos dos serventuários da justiça	121
10.1.4. Atos do Ministério Público	122
10.2. Tempo e lugar dos atos processuais.....	122
10.3. Prazos processuais	124
10.3.1. Espécies ou classificação dos prazos	124
10.3.2. Contagem dos prazos	126
10.3.3. Regras de contagem de prazos.....	128

10.3.4. Processo eletrônico	128
10.3.4.1. Formação e acesso ao processo eletrônico.....	131
10.3.4.2. Consulta ao processo eletrônico	131
10.3.5. Prerrogativas de prazos.....	132
10.4. Comunicação dos atos processuais	132
10.4.1. Cartas.....	133
10.4.2. Citação.....	134
10.4.2.1. Legitimação para recebimento da citação e local	135
10.4.2.2. Formalidades do ato de citação.....	136
10.4.2.3. Efeitos da citação válida.....	137
10.4.2.4. Formas de citação	138
10.4.3. Intimações.....	140
10.4.3.1. Efeitos da intimação.....	140
10.5. Nulidade dos atos processuais	141
11. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E GRATUIDADE DE JUSTIÇA	143
11.1. Honorários Advocatícios	143
11.2. Gratuidade de Justiça	146
12. TUTELAS PROVISÓRIAS	149
12.1. Introdução	149
12.2. Conceito e diferenciação – Tutela provisória e tutela definitiva.....	150
12.3. Regras Gerais	150
12.4. Tutelas provisórias de urgência.....	151
12.4.1. Requisitos.....	153
12.4.2. Responsabilidade do Requerente.....	153
12.5. Tutela antecipada em caráter antecedente.....	154
12.6. Tutela cautelar antecedente.....	155
12.7. Tutela de evidência	156
13. PROCESSO DE CONHECIMENTO	159
13.1. Procedimento comum.....	159
13.1.1. Fases do procedimento comum	159
13.2. Requisitos da petição inicial.....	160
13.2.1. Endereçamento, preâmbulo e causa de pedir	161
13.2.2. Pedido	162

13.2.2.1. Espécies de pedidos especiais	163
13.2.2.2. Vícios e alteração do pedido.....	165
13.2.3. Requerimentos	166
13.2.4. Valor da causa.....	167
13.2.5. Documentos indispensáveis	168
13.3. Juízo de admissibilidade da petição inicial.....	168
13.4. Audiência de conciliação e mediação.....	170
13.5. Respostas do Réu	171
13.5.1. Contestação.....	173
13.5.1.1. Defesa preliminar	173
13.5.1.2. Defesa de mérito.....	176
13.5.2. Reconvencção.....	177
13.5.2.1. Procedimento da reconvencção.....	177
13.5.3. Revelia e seus efeitos	178
13.6. Organização do processo.....	180
13.6.1. Julgamento conforme o estado do processo	180
13.6.2. Saneamento do processo	181
13.7. Provas	182
13.7.1. Objeto e ônus da prova	183
13.7.2. Produção antecipada de provas.....	185
13.7.3. Espécies de provas.....	186
13.7.3.1. Ata notarial	186
13.7.3.2. Prova Oral	186
13.7.3.2.1. Depoimento pessoal.....	186
13.7.3.2.2. Confissão	187
13.7.3.2.3. Prova testemunhal.....	188
13.7.4. Prova documental.....	190
13.7.4.1. Documentos eletrônicos	191
13.7.4.2. Arguição de falsidade	191
13.7.4.3. Exibição de documento ou coisa	191
13.7.5. Prova pericial	193
13.7.6. Inspeção judicial	194
13.7.7. Audiência de instrução e julgamento.....	195
13.8. Sentença	196
13.8.1. Aspectos gerais e conceito.....	196
13.8.2. Classificação	197

13.8.2.1.	Classificação quanto ao conteúdo da sentença	197
13.8.2.2.	Classificação quanto à resolução do mérito	198
13.8.3.	Elementos.....	198
13.8.4.	Defeitos – Sentenças <i>extra, ultra e citra petita</i>	199
13.8.5.	Momentos da prolação da sentença	201
13.8.6.	Modificação da sentença pelo juiz	201
13.9.	Coisa julgada	202
13.9.1.	Aspectos gerais e conceito.....	202
13.9.2.	Coisa julgada material e formal	202
13.9.3.	Limites objetivos da coisa julgada.....	203
13.9.4.	Limites subjetivos da coisa julgada	204
13.9.5.	Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	205
13.9.6.	Forma de afastar a coisa julgada	205
14.	PROCESSO DE CONHECIMENTO – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CPC.....	207
14.1.	Aspectos Gerais.....	207
14.2.	Consignação em Pagamento (arts. 539 a 549 do CPC).....	207
14.2.1.	Consignação na recusa do devedor em receber.....	208
14.2.1.1.	Consignação extrajudicial.....	208
14.2.1.2.	Consignação judicial	208
14.2.2.	Consignação na dúvida sobre quem é o credor	209
14.3.	Prestação de Contas (arts. 550 a 553 do CPC)	210
14.3.1.	Procedimento	210
14.4.	Ações Possessórias (arts. 554 a 568 do CPC)	211
14.4.1.	Procedimento das possessórias	213
14.5.	Divisão e Demarcação de Terras (arts. 569 a 598 do CPC).....	214
14.5.1.	Procedimento da ação de demarcação	215
14.5.2.	Procedimento da ação de divisão	216
14.6.	Dissolução Parcial de Sociedade (arts. 599 a 609 do CPC)	216
14.7.	Inventário e Partilha (arts. 610 a 673 do CPC).....	217
14.7.1.	Inventário tradicional.....	218
14.7.2.	Partilha	221
14.7.3.	Arrolamento	222
14.7.4.	Arrolamento sumário.....	223
14.8.	Embargos de Terceiro (arts. 674 a 681 do CPC).....	223

14.9. Oposição (arts. 682 a 686 do CPC)	225
14.10. Habilitação (arts. 687 a 692 do CPC)	226
14.11. Ações de Família (arts. 693 a 699 do CPC)	226
14.12. Ação Monitória (arts. 700 a 702 do CPC)	227
14.13. Restauração dos Autos (arts. 712 a 718 do CPC).....	230
14.14. Procedimentos de Jurisdição Voluntária (arts. 719 e seguintes do CPC).....	230
15. EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	233
15.1. Aspectos gerais.....	233
15.1.1. Espécies de execução	233
15.1.1.1. Execução de título judicial e extrajudicial	233
15.1.2. Execução provisória e definitiva	234
15.1.3. Bens sujeitos à execução	235
15.1.4. Princípios da execução.....	237
15.1.5. Partes na execução	238
15.2. Requisitos para a execução	238
15.2.1. Título executivo.....	239
15.2.2. Inadimplemento do devedor.....	240
15.3. Execução de título judicial – Cumprimento de sentença	241
15.3.1. Obrigação de pagar quantia certa.....	242
15.3.2. Obrigação de fazer e não fazer	244
15.3.3. Obrigação de entregar coisa.....	245
15.3.4. Execução de alimentos	245
15.3.4.1. Execução de alimentos tradicional.....	245
15.3.4.2. Execução de alimentos especial.....	246
15.3.5. Obrigação de Pagar contra a Fazenda Pública	247
15.4. Execução de título extrajudicial – ação de execução.....	248
15.4.1. Aspectos gerais.....	248
15.4.2. Execução de entrega de coisa	249
15.4.2.1. Execução de entrega de coisa incerta.....	250
15.4.3. Execução de obrigação de fazer e não fazer	250
15.4.3.1. Obrigação de fazer	250
15.4.3.2. Obrigação de não fazer	251
15.4.4. Execução de alimentos	251
15.4.5. Execução contra Fazenda Pública.....	252

15.4.6. Execução de pagar quantia certa	252
15.4.6.1. Início do procedimento.....	252
15.4.7. Penhora	254
15.4.8. Expropriação	256
15.4.8.1. Adjudicação	256
15.4.8.2. Alienação	256
15.5. Defesas do devedor	257
15.5.1. Impugnação ao cumprimento de sentença	258
15.5.2. Embargos à execução.....	259
15.5.3. Exceção de pré-executividade	261
15.5.4. Ações autônomas	261
15.6. Suspensão e extinção da execução	261
16. RECURSOS.....	263
16.1. Conceito e características.....	263
16.2. Remessa necessária.....	265
16.3. Pressupostos recursais	266
16.5. Julgamento.....	268
16.6. Efeitos	268
16.7. Sucumbência recursal	268
16.8. Desistência e renúncia	269
16.9. Recurso adesivo	269
16.10. Recursos em espécie	271
16.10.1. Apelação	271
16.10.1.1. Forma de Interposição	271
16.10.1.2. Efeitos da apelação.....	272
16.10.1.3. Julgamento do mérito pelo tribunal.....	276
16.10.1.4. Juízo de retratação	276
16.10.1.5. Procedimento da apelação	277
16.10.1.6. Saneamento de nulidades durante o proces- samento da apelação.....	278
16.10.2. Agravo de instrumento.....	279
16.10.3. Agravo Interno	282
16.10.4. Embargos de declaração	283
16.10.4.1. Procedimento e efeito dos embargos	284
16.10.4.2. Embargos protelatórios	285

16.10.4.3. Embargos de declaração para fim de prequestionamento.....	286
16.10.5. Recurso ordinário.....	287
16.10.6. Recurso especial e recurso extraordinário	289
16.10.6.1. Efeitos dos recursos.....	291
16.10.7. Agravo em recurso especial ou extraordinário	296
16.10.8. Embargos de divergência.....	296
16.11. Quadro resumo dos recursos no STJ e STF	298
17. PROCESSOS NOS TRIBUNAIS	301
17.1. Precedentes	301
17.2. Ordem dos processos nos tribunais.....	302
17.3. Incidentes processuais em julgamento no Tribunal.....	304
17.3.1. Incidente de assunção de competência	305
17.3.2. Incidente de arguição de inconstitucionalidade em controle difuso	305
17.3.3. Incidente de conflito de competência.....	306
17.3.4. Incidente de resolução de demandas repetitivas	306
17.4. Ações de competência originária dos Tribunais	308
17.4.1. Ação rescisória.....	308
17.4.2. Reclamação.....	309
17.4.3. Homologação de sentença estrangeira e concessão de exequatur à carta rogatória	310
18. ALTERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	311
18.1. Aplicação do procedimento comum quando lei especial remeter ao procedimento sumário	311
18.2. Execuções contra devedor insolvente.....	311
18.3. Juizado Especiais	311
18.4. Usucapião Extrajudicial	312